



wagner toma <wagnertomaengenheiro@gmail.com>

Fwd: OF 215_2025 - PM Bandeirantes - TC 974635/2024/MCIDADES - Ofício de orientações para continuidade do TC - Processo Licitatório

2 mensagens

Secretaria do Planejamento <planejamento@bandeirantes.pr.gov.br>

11 de novembro de 2025 às
14:52

Para: Wagnertomaengenheiro <wagnertomaengenheiro@gmail.com>

Patrícia de Oliveira Pedroso
Secretária do Planejamento
Portaria 14.174/2023
Município de Bandeirantes - PR

----- Mensagem original -----

Assunto: OF 215_2025 - PM Bandeirantes - TC 974635/2024/MCIDADES - Ofício de orientações para continuidade do TC - Processo Licitatório**Data:** 11.11.2025 13:39**De:** REGOVL03 - Repasse OGU <regovld03@caixa.gov.br>**Para:** "convenios@bandeirantes.pr.gov.br" <convenios@bandeirantes.pr.gov.br>,
"planejamento@bandeirantes.pr.gov.br" <planejamento@bandeirantes.pr.gov.br>

E-mail classificado como #PUBLICO

Ofício nº 0215 / 2025 / REGOV/LD

LONDRINA, 11 de novembro de 2025

A Sua Excelência o Senhor

JAELSON RAMALHO MATTA

Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Bandeirantes

Rua Frei Rafael Proner, 1457

CEP: 86360-000 – Bandeirantes – PR

Assunto: **Orientações para continuidade do Termo de Compromisso – Regime Não Simplificado – Novo PAC – Processo Licitatório**

Ref.: **Termo de Compromisso nº 974635/2025/MCIDADES/CAIXA - Operação nº 1100487-82 – Programa: Moradia Digna – Objeto: construção de unidades habitacionais com recursos discricionários do fundo nacional de habitação de interesse social - FNHIS, no âmbito do minha casa, minha vida no município de Bandeirantes/PR.**

Senhor Prefeito Municipal,

1. Comunicamos que o referido Termo de Compromisso foi considerado tecnicamente viável, com a consequente retirada da cláusula suspensiva, e está apto para prosseguimento das análises pós-contratuais pertinentes, sendo os valores a licitar **META – OBRA: repasse R\$ 6.370.000,00, contrapartida R\$ 800.870,46, total das UH R\$ 7.170.870,46.**

1.1 Alertamos sobre a atenção necessária à planilha orçamentária a ser licitada, principalmente quanto aos códigos e quantidade dos itens, a qual deverá ser a mesma aprovada na Transferegov, de forma a evitar erros/dificuldade na alimentação dos dados da planilha vencedora na aba Verificação do Resultado do Processo Licitatório. Caso haja dúvidas, consultar o técnico da REGOV/LD responsável pela análise, ou diretamente na Plataforma, clicando na aba Projeto Básico/Termo de Referência.

1.2 Alertamos, também, para o prazo limite de 60 dias para apresentação da publicação do edital para a CAIXA a contar da data de aceite do projeto básico na Transferegov.

1.3 Observamos, também, que o Trabalho Social, quando for o caso, requer licitação específica e seu valor não pode integrar o da licitação para empreitada de obras.

1.4 Lembramos que é condição para autorização de início da obra a apresentação das declarações de viabilidade de energia elétrica, coleta/destinação de esgotos e abastecimento de água.

2. Importa salientar que o instrumento foi contratado sob regramento contido na **PORTARIA CONJUNTA MGI/MF/CGU Nº 32, DE 04 DE JUNHO DE 2024**, que regulamenta as transferências obrigatórias para execução de ações do Novo PAC, e está enquadrada no Nível I (Novo PAC) previsto na mencionada portaria.

2.1. Em atenção ao regramento legal acima, elencamos a seguir algumas informações importantes:

- Atentar para as competências do Recebedor listadas no Art. 8º da PC MGI/MF/CGU nº 32/2024;
- A prorrogação de vigência da operação, caso seja necessária, poderá ser realizada caso seja compatível com o prazo de execução do objeto.

3. Esclarecemos que cabe exclusivamente ao Recebedor a responsabilidade de executar os processos licitatórios de acordo com o que preconiza a legislação vigente, os quais ficam sujeitos à fiscalização dos Tribunais de Contas pertinentes.

3.1. Lembramos que as operações do Novo PAC devem atender, em seus editais de licitação, as exigências do Decreto 11.889 de 22/01/2024, que trata do conteúdo nacional e das resoluções CIIA-PAC (Comissão Interministerial de Inovações e Aquisições do Programa de Aceleração do Crescimento), que

enumeram quais equipamentos devem possuir conteúdo nacional, quando forem adquiridos com recursos do Novo PAC.

3.2. Lembramos que não é permitida a utilização da modalidade pregão para contratação de obras, conforme legislação vigente.

3.3. Ressaltamos que os editais de licitação para consecução do objeto conveniado somente serão considerados aptos se publicados após o aceite do projeto técnico pela CAIXA, observadas as exceções, conforme condicionantes previstas no Art. 37 da PC MGI/MF/CGU nº 32/2024.

4. Para o prosseguimento do referido termo de compromisso, deve ser obedecida a rotina do processo licitatório orientada no módulo “*Execução do Conveniente*”, nas abas “*Processo de Execução*”, “*Verificação do Resultado do Processo Licitatório*” e “*Instrumentos Contratuais*”, no Transferegov.br, com a necessidade de registro ou inserção dos arquivos correspondentes a cada modalidade licitatória, dentre os quais destacamos:

- a. Declaração do Recebedor comunicando a forma de execução adotada, caso não tenha sido apresentada;
- b. Ato de homologação e despacho de adjudicação;
- c. Publicação do ato de homologação e publicação do despacho de adjudicação **conforme orientações do item 5;**
- d. Publicação do extrato do edital ou da justificativa da dispensa ou inexigibilidade, **conforme item 5;**
- e. Justificativa para a dispensa ou inexigibilidade de licitação e comprovação da publicidade legal dada ao caso, se aplicável;
- f. Cronograma Físico-Financeiro da Proposta vencedora;
- g. Orçamento da Proposta vencedora;
- h. ART/RRT do(s) responsável(is) pela fiscalização, quando se tratar de obras/serviços, podendo ser apresentado até a emissão da Ordem de Serviço;
- i. Declaração atestando o cumprimento às normas do Decreto nº 7.983/2013, conforme modelo anexo;
- j. Declaração emitida pela empresa vencedora da licitação ou pelo Recebedor atestando que a empresa vencedora da licitação não possui em seu quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista, do órgão celebrante, conforme modelo anexo;
- k. Declaração firmada pelo chefe do poder executivo, atestando que a licitação atendeu às formalidades e aos requisitos dispostos na Lei de Licitações, inclusive quanto à forma de publicação, conforme modelo anexo;
- l. Nos casos em que o Recebedor, o Interveniente ou a Unidade Executora opte pela realização da licitação das obras e serviços de engenharia pelo regime de contratação integrada, o mesmo deve apresentar, para compor o processo, as justificativas técnicas e econômicas para utilização desse tipo de aquisição;
- m. Declaração de inexistência de Lei Municipal ou Estadual ou Decreto, que vede ou de alguma forma condicione a adesão do ente ao SRP, quando for o caso;
- n. Anuência do órgão que efetuou o Processo Licitatório para que o Recebedor, Interveniente ou Unidade Executora utilize o SRP, acompanhado da indicação dos possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação;
- o. Ata de registro de preços, observando-se o não esgotamento do seu prazo de validade até a data da contratação dos bens/serviços, com validade não superior a 12 meses, incluindo eventuais prorrogações, satisfeitos os demais requisitos da Legislação pertinente;
- p. Declaração de justificativa de que as adesões foram vantajosas e atenderam ao disposto no Art. 22 do Decreto nº 7.892/2013 e suas alterações;
- q. Apresente a formalização de adesão à ata de registro de preço;
- r. Declaração de capacidade técnica, indicando os servidores que fiscalizarão a obra ou o serviço e informando que o Recebedor possui condições físicas, operacionais, técnicas e gerenciais para a execução e fiscalização da obra ou serviço de engenharia, caso não tenha sido apresentada na contratação;
- s. Contrato assinado com a empresa fornecedora (CTEF) e **publicação conforme orientações do item 5.**

5. Para a comprovação da publicidade em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, o Recebedor deve inserir no Transferegov.br cópia da publicação:

a) Do extrato do edital, cumulativamente:

- No Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP);
- No Diário Oficial da União ou do Estado ou do Distrito Federal ou do Município;
- Em jornal diário de grande circulação.

b) Dos demais atos no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), sendo que até 01/04/2027, os municípios com até 20 mil habitantes que não adotarem o PNCP devem publicar em Diário Oficial.

6. Sendo o que tínhamos para o momento, subscrevemo-nos.

Respeitosamente,

MESSIAS ANACLETO ROSA JUNIOR

Coordenador de Filial

Representação da Gerência Executiva de Governo Londrina/PR

HENRIQUE MEN MARTINS

Gerente de Filial

GE Governo Maringá/PR



Declaração de atendimento à Lei 14.133 - modelo único.doc

27K

convenios@bandeirantes.pr.gov.br <convenios@bandeirantes.pr.gov.br>
Para: Wagnertomaengenheiro <wagnertomaengenheiro@gmail.com>

25 de novembro de 2025 às 09:46

segue o email recebido.

--- Rosicleide Inforzato

Município de Bandeirantes-PR
Planejamento e Convênios
(43)3542-4525 - (43) 99977-0604

----- Mensagem original -----

Assunto: OF 215_2025 - PM Bandeirantes - TC 974635/2024/MCIDADES - Ofício de orientações para continuidade do TC - Processo Licitatório

Data: 11/11/2025 13:39

De: REGOVL03 - Repasse OGU <regovld03@caixa.gov.br>

Para: "convênios@bandeirantes.pr.gov.br" <convênios@bandeirantes.pr.gov.br>, "planejamento@bandeirantes.pr.gov.br" <planejamento@bandeirantes.pr.gov.br>

[Texto das mensagens anteriores oculto]



Declaração de atendimento à Lei 14.133 - modelo único.doc

27K